

CNPJ N° 33.151.291/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes

Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2017, faturamento de R\$ 147,099 milhões.

O faturamento apresentado é composto majoritariamente pelas emissões de prêmios do Seguro de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com rede varejista.

AAtlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2017, prejuízo de R\$ 169,383 milhões (Prejuízo de R\$ 44,617 milhões no exercício de 2016). Parte significativa desse prejuízo decorre da reavaliação periódica da Administração sobre a recuperabilidade de custos de aquisição antecipados a rede varejista, conforme descrito na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis nº 12d. Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 500 milhões, passando o capital social, de R\$ 547 milhões, para R\$ 1,047 bilhão, representado por 2.207.711.864 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o aculturamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Ajuste a Compa Total d

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização e Códigos de Conduta Ética Setoriais

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Atlântica Companhia de Seguros: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e Compliance do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Atlântica Companhia de Seguros realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley e/ou com os principais frameworks de controles, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objetives for Information and Related Technology).

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Atlântica Companhia de Seguros, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

A Atlântica Companhia de Seguros coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Atlântica Companhia de Seguros está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores

Rio de Janeiro. 30 de ianeiro de 2018

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais) 2016 2017 **CIRCULANTE** 916.471 660.348 Disponível Caixa e bancos.. Créditos das operações com seguros e resseguros 22.987 Prêmios a receber Outros créditos operacionais Títulos e créditos a receber 155 5.735 Créditos tributários e previdenciários ... Despesas antecipadas 2.073 Custos de aquisição diferidos . 95.008 158.503 ATIVO NÃO CIRCULANTE 378.610 485.376 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO .. 377.394 484.177 Aplicações 152.889 Títulos e créditos a receber 177.484 50.951 Créditos tributários e previdenciários 166.172 11.238 Depósitos judiciais e fiscais 10.534 Outros créditos operacionais 2.857 Despesas antecipadas 780 Custos de aquisição diferidos 46.241 430.369 SegurosINVESTIMENTOS 463 Participações societárias... **IMOBILIZADO** Bens móveis Outras imobilizações .. 221 INTANGÍVEL Outros intangíveis TOTAL DO ATIVO

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE	_	308.112	407.429
Contas a pagar		7.599	7.262
Obrigações a pagar	9	2.717	2.621
Impostos e encargos sociais a recolher		2	3
Impostos e contribuições	10	4.785	4.638
Outras contas a pagar		95	
Débitos de operações com seguros e resseguros	_	2.174	16.697
Operações com seguradoras		83	98
Corretores de seguros e resseguros		17	382
Outros débitos operacionais	11	2.074	16.217
Provisões técnicas - seguros	12 _	298.339	383.470
Danos		298.339	383.470
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	_	104.505	187.032
Provisões técnicas - Seguros	12	101.854	184.485
Danos		101.854	184.485
Outros débitos	_	2.651	2.547
Provisões judiciais	13	2.338	2.447
Outras provisões		313	100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14 _	882.464	551.263
Capital social		1.047.000	547.000
Reservas de lucros		-	4.263
Ajustes com títulos e valores mobiliários		584	
Prejuízos acumulados	_	(165.120)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.295.081	1.145.724

As notas explicativas são parte integ

1.145.724

1.295.081

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos	18a	147.099	282.940
Variação das provisões técnicas de prêmios		154.051	107.198
Prêmios ganhos	17	301.150	390.138
Receitas com emissão de apólices	18b	4.923	5.274
Sinistros ocorridos	18c	(77.786)	(139.593
Custos de aquisição	18d	(497.145)	(322.566
Outras despesas operacionais	18e	(9.495)	(7.708
Despesas administrativas	18f	(27.032)	(20.305
Despesas com tributos	18g	(13.055)	(16.317
Resultado financeiro	18h	39.375	38.744
Receitas Financeiras		58.654	63.160
Despesas Financeiras		(19.279)	(24.416
Resultado operacional		(279.065)	(72.333
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		20	2
Resultado antes dos impostos e participações		(279.045)	(72.331
Imposto de renda	18i, 19	69.691	18.325
Contribuição social	18i, 19	39.971	9.389
Prejuízo do exercício		(169.383)	(44.617
Quantidade de ações		2.207.711.864	935.440.963
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(76,72)	(47,70

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1 1 3		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares	de reais)	
	2017	2016
zo do exercício	(169.383)	(44.617)
a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
anhia	973	-
s dos impostos	(389)	-
do resultado abrangente do exercício	(168.799)	(44.617)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.295.081	1.145.724
nte das demonstrações contábeis.		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTOD EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016	O INDIRETO (Em milhares de reais)	
	2017	2016
Prejuízo antes dos impostos e participações		(72.331
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	117	96
- Despesas antecipadas	3.728	77
- Custos de aquisição diferidos	447.623	193.592
- Variações das provisões técnicas	(128.135)	3.88
- Provisão para riscos sobre créditos	(25)	(1.553
- Ganho na alienação de investimentos	(21)	•
- Juros e variação monetária	(736)	(2.39
Lucro líquido do exercício		122.06
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(345.117)	(52.40
- Créditos das operações com seguros e resseguros		31.12
- Outros créditos operacionais		(2:
- Títulos e créditos a receber		(11.66
- Contas a pagar		12.05
- Débitos das operações de seguros		(19.77)
- Provisões técnicas - seguros		(66.60
- Outros débitos		(384
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(107.66
Imposto de renda sobre o lucro pago		(4.71
Contribuição social sobre o lucro pago		(3.79
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais		5.889
Atividades de investimento		0.00
- Aplicações - Títulos diponíveis para a venda		
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos		
- Aquisição de imobilizado		(12
- Aquisição de investimentos		(2:
- Ativo intangível desenvolvido internamente		(14
		3
- Alienação de imobilizado		3
- Alienação de investimentos Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(25)
Atividades de financiamento		(25)
- Aumento de Capital		/E 63:
- Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(5.63
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento		(5.63
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercicio		
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	11	(

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Drojuízos

(165.120)

		Reservas de	lucros	
Capital	Aumento de capital	Reserva	Reserva	Ajustes com títulos
		1		

	Capitai	Aumento de capital	inesei va	Reserva	Ajustes com titulos	Fiejuizos	
_	social	em aprovação	legal	estatutária	e valores mobiliários	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	547.000	-	3.205	45.675	-	-	595.880
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(44.617)	(44.617)
Absorção de prejuízo		<u>-</u> _	<u> </u>	(44.617)		44.617	<u> </u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	547.000	<u>-</u>	3.205	1.058	<u>-</u>	<u>-</u> .	551.263
Aumento de capital conforme AGE 15/09/2017	-	500.000	-	-	-	-	500.000
Portaria SUSEP/DIORG nº 683 de 04/12/2017	500.000	(500.000)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	584	-	584
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(169.383)	(169.383)
Absorção de prejuízo	-	-	(3.205)	(1.058)	-	4.263	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)



CNPJ N° 33.151.291/0001-78

Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros e resseguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe nº 225, Rio

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A..

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de

Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

Base de preparação

 $Em \ consonância \ \grave{a} \ Circular \ SUSEP \ n^\circ \ 517/2015 \ e \ alterações \ subsequentes, \ as \ demonstrações \ contábeis \ foram \ preparadas \ demonstrações \ demonstrações$ em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de

Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 7 (a) - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas e Custos de aquisição diferidos - Seguros, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o

(v) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Crédito das operações com seguros e resseguros" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável, considera, inclusive os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

g. Custo de aquisição

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Imobilizado

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos

Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, corrigidos monetariamente.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas

Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura. Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da

Teste de adequação de passivo (TAP)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 de Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis

a sinistros, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas

administrativas foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. A sinistralidade projetada no estudo desta

Companhia foi de 15.19%. Em linha com as determinações da Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanco e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haia um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

O resultado é apurado pelo regime de competência

Os prêmios de seguro e cosseguros aceitos, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos, variações

no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do

esultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

Novas normas e interpretações ainda não adotadas Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º

de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. CPC 47- Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeia adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP no 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo,

novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante

disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a

data efetiva do IFRS 17. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de Janeiro de 2019.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc, bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado

aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (seguros, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.



Cenário

CNPJ N° 33.151.291/0001-78

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haia incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro destaca-se também o risco de subscrição que advêm de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, cálculo de capital

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, Asset Liability Management (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e, apesar da emissão ser através de cosseguro aceito, o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros). Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida

- Flutuações na ocasião, frequência das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- · Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado:
- Precificação incorreta ou subscrição inadeguada de riscos; e
- · Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator

Seguros de Bens - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2017

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições

Bruto de Resseguro (R\$ mil)

Garantia Estendida / Extensão de Garantia - Bens em Geral....

Concentração de riscos As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. A exposição da Companhia refere-se às emissões do produto Garantia Estendida aceitas em cosseguro, cujos valores de prêmios emitidos, excluindo-se os valores

relacionados a riscos vigentes e não emitidos, totalizam R\$ 91.932 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 200.536 em 31 de dezembro de 2016).

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte. de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras

Gerenciamento do risco de crédito O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo, visto que estão classificadas na carteira de rating AAA como demonstrado abaixo, uma vez que a contraparte é o governo federal

Ativos financeiros – <i>Rating</i> Valor justo por meio do resultado	AAA 663.627	AA 148.996	Total 812.623
Título de renda fixa privado	60.292	148.996	209.288
Título de renda fixa público	603.335	-	603.335
Disponível para a venda	152.889	-	152.889
Título de renda fixa público	152.889	-	152.889

Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização			
_	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)		
À vista ou sem vencimento definido	20	-		
Fluxo de 0 a 3 meses	670.651	12.999		
Fluxo de 3 a 6 meses	5.279	10.228		
Fluxo de 6 a 9 meses	7.028	5.576		
Fluxo de 9 a 12 meses	-	9.120		
Fluxo de 12 a 60 meses	28.114	50.312		
Fluxo acima de 60 meses	179.142	<u> </u>		
Total	890.234	88.235		
_				

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações (exceto DPVAT), créditos das operações com seguros e resseguros.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas (exceto DPVAT) e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas

O principal risco de monitoramento é o relacionado a taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços Fator de Risco Índice Brasil Bolsa Balcão (b3) em pontos.. 75.638 Taxa Pré-fixada de 1 ano. 6,88% Cupom de IPCA de 1 ano.. 2,80% Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes

Exercício	Taxa de juros em Reais	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro 2017	(30)	(30)	(30)
	Exposições sujeitas		
	à variações de taxas		

de juros pré-fixadas e

cupons de taxas de juros

Definição. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as

- · Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- · Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia; · Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Resumo da classificação das aplicações

_	2017	%	2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	812.623	84,16	467.506	100,00
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	812.623	84,16	467.506	100,00
Títulos disponíveis para venda	152.889	15,84	<u>-</u>	
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	152.889	15,84	<u>-</u>	
Total	965.512	100,00	467.506	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da

	1 a 30 dias ou sem vencimento	Acima de	Valor contábil/	Valor custo	Ajuste a
	definido	360 dias	valor justo	atualizado	valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	209.288	603.335	812.623	812.747	(124)
Letras financeiras do tesouro	-	603.335	603.335	603.459	(124)
Quotas de fundos de investimento	148.996	-	148.996	148.996	-
Letras financeiras do tesouro - operação					
Compromissada (nota16a)	60.292		60.292	60.292	
Títulos disponíveis para venda		152.889	152.889	151.916	973
Notas do tesouro nacional	-	152.889	152.889	151.916	973
Total	209.288	756.224	965.512	964.663	849

140tab ab tobbarb riabibrial		102.000	102.000	101.010	010
Total	209.288	756.224	965.512	964.663	849
					2016
	1 a 30 dias ou		Valor		
	sem vencimento	Acima de	contábil/	Valor custo	Ajuste a
	definido	360 dias	valor justo	atualizado	valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	191.397	276.109	467.506	468.099	(593)
Letras financeiras do tesouro	-	276.109	276.109	276.702	(593)
Quotas de fundos de investimentos	158.314	-	158.314	158.314	-
Letras financeiras do tesouro - operação					
Compromissada (nota16a)	33.083		33.083	33.083	
Total	191.397	276.109	467.506	468.099	(593)
Cobertura das provisões técnicas					• •

2016 400.193 Total das provisões técnicas ... 567.955 (-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida 237.104 22.585 (-) Provisão de convênio - DPVAT 158.279 Total a ser coberto (A) ... 107.355 149.987 Quotas de fundos de investimentos 298.641 Total dado em cobertura (B)..... 298.641

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

(*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e

alterações subsequentes. d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

			2017			2016
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	603.335	209.288	812.623	276.109	191.397	467.506
Letras financeiras do tesouro	603.335	-	603.335	276.109	-	276.109
Quotas de fundos de investimentos	-	148.996	148.996	-	158.314	158.314
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada		60.292	60.292	<u>-</u>	33.083	33.083
Disponíveis para venda	152.889		152.889			
Notas do tesouro nacional	152.889		152.889	<u>-</u>		
Total	756.224	209.288	965.512	276.109	191.397	467.506

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	467.506	<u> </u>	467.506
(+) Aplicações	599.107	151.314	750.421
(-) Resgates	(309.512)	-	(309.512)
(+) Rendimentos	55.522	602	56.124
(+/-) Ajuste a valor justo	<u>-</u> .	973	973
Saldo em 31 de dezembro	812.623	152.889	965.512
			2016
	Valor iusto i	oor	

2017

meio do resultado Total Saldo em 1º de janeiro 415.105 415.105 145.618 145.618 (151.007)(151.007)57.790 57.790 Saldo em 31 de dezembro 467.506



CNPJ N° 33.151.291/0001-78

Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global das aplicações, atingiu 103,40% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 9,02% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2017.

Créditos das operações com seguros e resseguros

Prêmios a Receber - Garantia Estendida

	2017	2010
A vencer		
Até 30 dias	-	11.930
De 31 a 60 dias	5.279	11.057
Total a vencer	5.279	22.987
b. Movimentação dos prêmios a receber		
	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	22.570	45.428
(+) Prêmios emitidos	. 94.113	202.315
(-) Recebimentos	(111.431)	(225.173)
Saldo em 31 de dezembro (*)	5.252	22.570
(*) Não contempla prêmios de riscos vigentes não emitidos no montante de R\$ 27 (l	R\$ 417 em 2016).	

2017

Créditos tributários e passivos fiscais - Diferidos

Créditos tributários e previdenciários

_			2017			2016
		Não			Não	
Ativo	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Impostos a compensar	155	-	155	5.735	-	5.735
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	168.308	168.308	-	41.845	41.845
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	<u>-</u> _	(2.136)	(2.136)	<u>-</u> .	(1.456)	(1.456)
Total	155	166.172	166.327	5.735	40.389	46.124
Origane das cráditas tributários da imi	nosto do ronda	o contribuição	social difori	dos		

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Provisão para contingências fiscais	826	62	-	888
Provisão para contingências cíveis	165	-	(113)	52
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	19	(9)	10
Outros (*)	40.854	126.504	<u>-</u>	167.358
Total dos créditos tributários	41.845	126.585	(122)	168.308
	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Provisão para contingências fiscais	Saldo em 2015 754	Constituição 72	Realização -	Saldo em 2016 826
Provisão para contingências fiscais Provisão para contingências cíveis			Realização - (299)	
	754 252	72	-	826
Provisão para contingências cíveis	754 252	72 212	(299)	826 165

Refere-se substancialmente aos créditos tributários incidentes sobre a perda relativa às despesas de comercialização diferidas, referentes ao contrato junto a rede varejista na comercialização do produto garantia estendida, reconhecidas no exercício conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12d. A expectativa de realização dos créditos tributários está formalizada em estudo que considera os lucros tributáveis futuros da Companhia

(ii) Obrigações fiscais diferidas

-	Saldo em 2016	<u>Constituição</u>	Saldo em 2017
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	1.456	291	1.747
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	<u>-</u> _	389	389
Total dos créditos tributários	1.456	680	2.136
_	Saldo em 2015	Constituição	Saldo em 2016
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	Saldo em 2015 986	Constituição 470	Saldo em 2016 1.456
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial Total dos créditos tributários			

	Diferenças ter		
<u> </u>	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018	6.977	4.222	11.199
2019	4.907	2.946	7.853
2020	3.749	2.250	5.999
2021	4.140	2.485	6.625
2022 em diante	85.394	51.238	136.632
	105.167	63.141	168.308

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida

dos efeitos tributários, monta a R\$152.439 (R\$ 37.349 em 2016).

		2010
IRPJ e CSLL (*)	11.238	10.512
DPVAT	<u>-</u> .	22
Total	11.238	10.534
(*) Referem-se a depósitos judiciais, os quais dizem respeito à discussão do direito de ded	uzir na apuraçã	o do lucro real
relativo ao exercício fiscal de 1994 (nota explicativa nº 13).		

Obrigações a pagar

		2017	2016
P	artes relacionadas (nota 16)	1.931	1.515
Ρ	rovisão para publicação de balanço	196	279
С	ontas a pagar - Seguradora líder	505	411
Н	onorários advocatícios	84	377
0	utras obrigações	1	39
	otal		2.621
10 In	npostos e contribuições		
		2017	2016
IF	RPJ	1.962	1.868
С	SLL	1.998	1.511
С	OFINS	710	1.083
Р	IS	115	176
T	otal	4.785	4.638
11 0	utros débitos operacionais		

Refere-se, substancialmente, ao pró-labore relativos às operações de cosseguros aceitos de garantia estendida, no montante de R\$ 1.910 (R\$ 14.497 em 31 de dezembro de 2016).

12 Provisões técnicas - Seguros e Custos de aquisição diferidos

a. Composição

_	2017	2016
Provisão de prêmios não ganhos – garantia estendida	235.100	389.448
Provisão de sinistro a liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não		
avisados (IBNR) – DPVAT	147.965	157.065
Provisão de sinistro a liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não		
avisados (IBNR) – garantia estendida	16.297	20.228
Outras provisões – DPVAT	831	1.214
Total	400.193	567.955
Movimentação das provisões técnicas		
_	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	567.955	631.807
(-) Seguro DPVAT e Retrocessões	(158.280)	(110.310)
Subtotal em 1º janeiro	409.675	521.497
(+) Constituições	138.436	257.551
(-) Reversões	(257.087)	(301.635)
(-) Sinistros pagos	(39.759)	(66.607)
(+) Atualização monetária	132	(1.130)
Subtotal em 31 de dezembro	251.397	409.676
(+) Seguro DPVAT e Retrocessões	148.796	158.279
Saldo em 31 de dezembro	400.193	567.955
Aging de sinistros judiciais a liquidar - DPVAT		
2017		2016

Faixa (anos) PSL judicial Quantidade PSL judicial 17.150 5.968 2.560 3.744 7.287 2.023 1.667 2.527 1.101 4.494 1.126 1.606 681 2.528 562 913 366 1.961 405 1.565 514 5.624 947 6.889 39.044 8.807

d. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros de cosseguro aceito do produto de garantia estendida sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Compreende também o custo de aquisição relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista por comercialização do seguro garantia pelo prazo inicial de 12 anos, mais a extensão de 4 anos do contrato, totalizando 16 anos. Devido ao fato da Administração efetuar regularmente a análise relativa à recuperabilidade dos custos de aquisição relacionados a esse contrato, em 2017, considerando a significativa redução das vendas no segmento varejista vis-à-vis o plano de negócio revisado até o último período de divulgação, foi efetuada a baixa da totalidade dos custos de aquisição antecipados à rede varejista de R\$ 324,3 milhões reconhecida em contrapartida a conta de resultado "Variação dos

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	588.872	782.464
Constituição	49.156	127.726
Reversões	(496.779)	(321.318)
Saldo em 31 de dezembro	141.249	588.872

13 Provisões judiciais

Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.220 (R\$ 2.080 em 31 de dezembro 2016) correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 -Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$ 11.238 (R\$ 10.512 em dezembro de 2016) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.207.711.864 ações escriturais, ordinárias e

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 500 milhões, em espécie, com a emissão de 1.272.270.901 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIORG Nº 683, de 04 de dezembro de 2017.

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

_	2017
Patrimônio líquido contábil	882.464
Ajustes Contábeis:	(3.207)
(-) Despesas antecipadas	(2.853)
(-) Ativos intangíveis	(354)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	4.106
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	4.106
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	883.363
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	39.406
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	39.406
Capital adicional de risco de subscrição	18.044
Capital adicional de risco de crédito	20.364
Capital adicional de risco de mercado	9.952
Capital adicional de risco operacional	2.018
Efeito da correlação (benefício)	(10.972)
Suficiência de capital (PLA-CMR)	843.957
Ativos líquidos	284.589
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**) (nota 4c)	177.234
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	39.406
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	450%

- Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes
- Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.
- Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional)

***) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

2016

_	2017	2016	_	2017	2016
Ativo	60.312	33.092	Despesas	(18.876)	(14.293)
			Rateio das despesas		
Disponibilidades	20	9	administrativas	(18.862)	(14.280)
Banco Bradesco S.A.			Bradesco Seguros S.A.		
(controlador final)	20	9	(controladora direta) (b)	(18.862)	(14.280)
Aplicações	60.292	33.083	Outras despesas	(14)	(13)
Banco Bradesco S.A.			Banco Bradesco S.A.		
(controlador final) (a)	60.292	33.083	(controlador final) (c)	(14)	(13)
Passivo	1.931	1.515			
Obrigações a pagar	1.931	1.515			
Bradesco Seguros S.A.					
(controladora direta) (b)	1.926	1.511			
Bradesco Auto/RE Companhia de					
Seguros (empresa ligada) (b)	5	4			
Total (Ativo - Passivo)	58.381	31.577	Total (Despesas)	(18.876)	(14.293)

- (a) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.
- (b) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas. Originada de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (c) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2017 e 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 84, líquido de encargos sociais, para remuneração dos administradores.

17 Principais ramos de atuação

	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Ramos				
DPVAT	. 55.557	55.260	84,58	1,19
Garantia estendida	91.542	245.890	12,63	70,01
Total	147.099	301.150		
				2016
	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Ramos				
DPVAT	. 89.120	88.503	85,71	1,41
Garantia estendida	. 193.820	301.635	21,13	72.73

282.940

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

_	2017	2016	
Prêmio de cosseguros aceitos - garantia estendida	91.542	193.820	
Prêmios convênio DPVAT	55.557	89.120	
Total	147.099	282.940	
Pacaita com amissão do apólicos			

	2017	2016
Emissão de bilhetes - Consórcio DPVAT	4.923	5.274
Total	4.923	5.274



CNPJ N° 33.151.291/0001-78

c.	Sinistros ocorridos			
	_	2017	2016	
	Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	(46.893)	(52.105)	l
	Sinistros de consórcios e fundos - DPVAT	(44.895)	(50.612)	l
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – DPVAT	(1.847)	(25.243)	l
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - garantia estendida	11.198	(11.633)	l
	Ressarcimentos	4.651		l
	Total	(77.786)	(139.593)	l
d.	Custos de aquisição			l
	_	2017	2016	l
	Comissões sobre prêmios emitidos - DPVAT	(656)	(1.248)	l
	Outras despesas de comercialização - garantia estendida	(49.156)	(127.727)	l
	Variação das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida (*)	(447.333)	(193.591)	l
	Total	(497.145)	(322.566)	l
	(*) Inclui baixa no montante de R\$ 324,3 milhões (vide nota explicativa 12d).			l
e.	Outras despesas operacionais			l
	_	2017	2016	l
	Recuperação do custo do bilhete - DPVAT	(1.150)	(1.730)	l
	Despesas com cobrança – DPVAT	(4.670)	(5.009)	l
	Outras despesas com operações de seguros	 //	(969)	l
	Total	<u>(9.495</u>)	<u>(7.708</u>)	l
f.	Despesas administrativas			l
	_	2017	2016	l
	Despesas com serviços de terceiros	(20.227)	(13.241)	l
	Despesas com localização e funcionamento	(219)	(674)	l
	Despesas com publicações	(36)	(337)	l
	Despesas com donativos e contribuições	(204)	(243)	l
	Despesas administrativas do convênio DPVAT	(3.642)	(4.209)	l
	Outras	(2.704)	(1.601)	l
	Total	(27.032)	(20.305)	l
g.	Despesas com tributos			l
	_	2017	2016	l
	Despesas com COFINS	(9.601)	(12.318)	Ι.
	Despesas com PIS	(1.560)	(2.002)	1
	Despesas com taxa de fiscalização	(1.884)	(1.967)	Г
	Impostos federais/estaduais/municipais	(10)	(30)	ı
	Total	(13.055)	(16.317)	
_		IRETORIA		_
_				—

		2017	2016
	Receitas financeiras		
	Receitas com títulos de renda fixa	57.203	60.828
	Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	726	1.175
	Receitas com créditos tributários	312	508
	Receitas com dividendos	16	15
	Outras receitas	397	634
	Subtotal	58.654	63.160
	Despesas financeiras	(45.470)	(40,005)
	Despesas de operações com seguros	(15.472)	(18.005) (3.038)
	Tributação sobre operações financeiras	(1.079) (2.472)	(2.881)
	Atualização monetária contingências passivas	(140)	(416)
	Despesas com taxa de custódia	(86)	(76)
	Outras despesas financeiras	(30)	(. 0)
	Subtotal	(19.279)	(24.416)
	Total	39.375	38.744
i.	Despesas de imposto de renda e contribuição social		
	_	2017	2016
	Impostos diferidos		
	Reversão no período sobre adições temporárias	126.173	40.099
	Imposto de renda e contribuição social devidos	(16.511)	(12.385)
	Imposto de renda e contribuição social devidos	109.662	27.714
19	Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	_	2017	2016
	Resultado antes de impostos	(279.045)	(72.331)
	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente	125.570	32.549
	Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
	Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social	(15.803)	(4.239)
	Contribuição entidades de classe	(92)	(98)
	Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(84)	(498)
	Outros	71	
	Imposto de renda e contribuição social	109.662	27.714
	imposto de renda e contribuição social	100.002	

(acionista controlador final) em 06 de fevereiro de 2018, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Marco Antônio Messere Gonçalves Ivan Luiz Gontijo Júnior Enrico Giovanni Oliveira Ventura Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa

Diretor-Gerente Diretor-Gerente Diretor Diretor

Saint'Clair Pereira Lima Vinicius Marinho da Cruz Diretor Diretor

Relatório do Comitê de Auditoria

Saint'Clair Pereira Lima Atuário - MIBA nº 943 Getúlio Antônio Guidini

Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Atlântica Companhia de Seguros Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma

de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A.

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante has demonstrações contabeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos Contadora CRC 1SP224130/O-0

10.000

10.771

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões

monstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os principios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Atlântica Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assunto

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

KPMG

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

Joel Garcia Atuário MIBA 1131

Anexo I Atlântica Companhia de Seguros (Em milhares de Reais)

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)

Provisões Técnicas Auditadas (a)

Valores redutores Auditados (b)

144.042

Total a ser coberto (a-b)

231/12/2017

31/12/2017

151.397

Total a ser coberto (a-b) 107.355

(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios

3. Demonstrativo do Capital Mínimo
Capital Base (a)
Capital de Risco (CR) (b)
39.406

 Capital de Risco (CR) (b)
 39.406

 Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)
 39.406

 4. Demonstrativo da Solvência
 31/12/2017

 Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)
 883.363

 Exigência de Capital (CMR) (b)
 39.406

Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)843.957Ativos Garantidores (d)284.589Total a ser Coberto (e)107.355Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)177.234Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g)177.234

Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)

Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g)

177.234

Capital de Risco (CR) (h)

39.406

Índice de Liquidez em relação ao CR % (**) (g / h)

450%

(**) O (ridico de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de liquidoz em relação ao Capital de Risco requesido pola Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de production de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Resolução CNSR eº 321/2015 o modificações é de Risco Ri

(**) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

 5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)
 31/12/2017

 0982; 0990; 0993; 1066
 1.070

 0173; 0378; 0524; 0739; 0740; 0745; 0746; 0747; 0750; 1101; 1102; 1103; 1104; 1105; 1106; 1107; 1108; 1109; 1164
 1.260

 0115
 2.100

 0272
 2.720

 1163
 3.770

 0274; 0437
 4.700

 0310
 5.000

 0310
 5.000

 0195; 0457
 5.030

 0351; 0433; 0435; 0531; 0553; 0860; 0870; 1130; 1162
 5.031

 0141; 0171; 0234; 0977; 1068
 5.500

 0520
 5.800

 0167; 0621; 0622; 0627; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0658
 6.600

A 48

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edífico EZ Towers, torre A. CEP: 04711-904 - São Paulo – SP – Brasil

0118, 0196